

## CENTRO ADMINISTRATIVO

# Construtora diz não ter sido avisada sobre cancelamento de obra e abre caminho para buscar indenização

Projetada por Duarte Nogueira (PSDB), sede foi cancelada por Ricardo após polêmica; empresa espera ser compensada

EDUARDO SCHIAVONI

A construtora H2O Obras afirmou, em manifestação apresentada no âmbito de uma ação popular que discute a paralisação do projeto do novo Centro Administrativo de Ribeirão Preto, que não foi oficialmente comunicada sobre o cancelamento do contrato. A empresa também sustenta que, caso o encerramento do vínculo se confirme, espera ser devidamente indenizada.

Como Orçamento total próximo a R\$ 200 milhões, o projeto foi proposto por Duarte Nogueira (PSDB), em sua primeira eleição, mas só foi tirado do papel no final de seu segundo governo, três meses antes da posse de Silva.

**No processo, aberto pelo próprio prefeito Ricardo Silva (PSD) dias depois de vencer o pleito – ainda não tinha assumido – a empresa afirma que o prefeito “está divulgando um suposto ‘encerramento’ ou ‘cancelamento’ do contrato, quando isso não ocorreu, já que a H2O Obras sequer foi intimada regularmente de qualquer ato posterior à injustificada suspensão das obras que pudesse, na conformidade da lei, sugerir que o contrato pudesse, mesmo em tese, vir a ser extinto”.**

A construtora reforça que ainda não recebeu nenhuma notificação oficial com respaldo legal e compara o caso a uma situação semelhante ocorrida na capital paulista. “O Esta-



Obras do Centro Administrativo de Ribeirão Preto: empreiteira alega que soube do cancelamento pela imprensa

**Prefeito do Município, está divulgando um suposto “encerramento” ou “cancelamento” do Contrato, quando isso não ocorreu, já que a H2OBRAS sequer foi intimada regularmente de qualquer ato posterior à injustificada suspensão das obras que pudesse, na conformidade da Lei, sugerir que o Contrato pudesse, mesmo em tese, vir a ser extinto.**

6. Note-se que no caso do Estado a rescisão havia ocorrido formalmente, o que, no caso do Contrato titulado pela H2OBRAS, nem ocorreu.

7. Tudo considerado, e sem prejuízo da adoção de outras medidas legais e administrativas pertinentes, a H2OBRAS requer que a Prefeitura exiba, além dos documentos listados acima nesta petição, qualquer documento que tenha sido produzido relativo ao alegado “cancelamento” do Contrato, pois tais documentos, se existirem – e a H2OBRAS não tem conhecimento de nada nesse sentido –, podem servir à instrução do processo.

do de São Paulo reconheceu administrativamente o direito de consórcio que teve seu contrato ‘cancelado’ sem mais, impedindo o início de sua regular execução, a ser indenizado por isso”, diz a empresa, em alusão ao pagamento de R\$ 350 milhões à concessionária responsável pelas obras do monotrilho.

A H2O não especificou

o valor que considera devido em eventual processo de indenização. Orçada em R\$ 173,4 milhões, a obra recebeu críticas públicas de entidades como Acirp e Sincovarp por tirar a sede da gestão da área central.

Procurada, a assessora de imprensa da Prefeitura de Ribeirão Preto não comentou o caso até a publicação da reportagem.

## Em nota, Nogueira defendeu projeto

No cancelamento das obras do Centro Administrativo, o prefeito Duarte Nogueira (PSDB) foi procurado pelo JR e comentou o caso.

“As obras do novo Centro Administrativo trata-se de um projeto concebido com base em estudos técnicos e estratégicos, visando à racionalização de gastos públicos, à centralização dos serviços administrativos e à melhoria do atendimento à população. A proposta previa economia com aluguéis, mais eficiência na gestão e valorização de uma área central da cidade, promovendo também a requalificação urbana”, disse.

Nogueira ainda afirmou que a escolha de Ricardo era legítima, mas que não atendia ao interesse público. “Entendo que cada gestão tem o direito de estabelecer suas prioridades, e desejo êxito ao atual governo em suas decisões. Reforço, no entanto, a importância de que as escolhas sejam sempre pautadas pelo interesse público, pela responsabilidade fiscal e pelo planejamento de longo prazo que Ribeirão Preto merece”

## JR DIVULGOU ROMPIMENTO COM EXCLUSIVIDADE

Em 10 de abril, o Jornal Ribeirão divulgou com exclusividade o rompimento do contrato, que mais tarde foi confirmado em entrevista coletiva pelo prefeito Ricardo Silva (PSD).

“Não vamos prosseguir com esse projeto. É algo do governo passado e não faz sentido deslocar a Prefeitura para aquele local com um custo que pode chegar a R\$ 200 milhões. Esse recurso – em parte de empréstimos e em parte da venda de terrenos – será direcionado a áreas que fazem mais sentido para a cidade, como saúde e educação. Estamos buscando soluções mais viáveis no centro da cidade, liberando esses investimentos para áreas mais urgentes de Ribeirão Preto”, disse o prefeito ao JR.

## TENTATIVA DE GOLPE

# Condenado pelo STF, advogado de Ribeirão volta para cadeia por atos de 8 de janeiro

DA REDAÇÃO

A Polícia Federal prendeu esta semana, em Ribeirão Preto, o advogado Barquet Miguel Júnior, condenado a 14 anos de prisão por participação nos atos do dia

8 de janeiro de 2023. A prisão dele foi decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), após o julgamento dos últimos recursos apresentados pela defesa.

Barquet foi preso em fla-

grante durante a manifestação, quando milhares de pessoas invadiram os prédios dos três poderes, em Brasília. Ele foi liberado para responder ao processo em liberdade seis meses depois.

O advogado foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República pelos crimes de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, Golpe de Estado, Dano Qualificado e Deterioração de Patrimônio Tombado.

Pelo acórdão publicado pelo STF, a pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado. Além da pena de prisão, ele foi condenado a pagar uma multa de R\$ 30 milhões.

A advogada Maria Cláudia de Seixas, que atuou na defesa de Barquet no processo, foi procurada pelo Jornal Ribeirão para comentar a prisão do cliente, mas não retornou o contato feito pela reportagem até o fechamento desta edição.

No processo, o morador de Ribeirão Preto negou participação no quebra-quebra generalizado e afirmou ter entrada em um prédio público para “se proteger do gás jogado pela polícia”.